



Subsecretaria de Controle Interno

Composicao

**PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO
2018 – 2020**

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO E DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt
Presidente

Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza
Vice-Presidente

Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro
Corregedor Regional

Desembargador Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira
Diretor do Gabinete da Revista

Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior
Diretor da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (ESMAFE)

Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior
Vice-Diretor da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (ESMAFE)

Desembargador Federal Élio Siqueira Filho
Coordenador dos Juizados Especiais Federais (JEFs)

Desembargador Federal Francisco Roberto Machado
Vice-Coordenador dos Juizados Especiais Federais (JEFs)

Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro
Coordenador do Gabinete de Conciliação
Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior
Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior
Desembargador Federal Alexandre Luna Freire
Comissão de Jurisprudência

Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima
Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho
Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno
Comissão de Regimento Interno

Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães
Desembargador Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira
Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto
Comissão de Informática

Fábio Rodrigo de Paiva Henriques
Diretor-Geral

Fernanda Bezerra Cavalcanti Marques Montenegro
Diretora da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – TRF5

Arnaldo Leite Pereira
Diretor da Divisão de Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Laureano de Lyra Montarroyos Filho
Diretor da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

João Carlos Cabral e Silva
Diretor do Núcleo de Planejamento, Orçamento e Projetos

José Augusto Lins de Araújo Neto
Diretor do Núcleo de Gestão de Segurança da Informação

Ricardo Sérgio Schmitz
Diretor do Núcleo de Sistemas Judiciais

Anamaria Dionísio de Oliveira Araújo
Débora Rego Ambrósio
Jaydeth Mércia Aquino
João Carlos Cabral e Silva
Grupo de Trabalho – PDTI

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
Juiz Federal Raimundo Alves de Campos Júnior
Diretor do Foro



Juiz Federal André Carvalho Monteiro
Vice-Diretor do Foro

Helena Pinheiro Machado Ferreira
Diretora da Secretaria Administrativa

Vicente Julião M. R. Barros
Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE CEARÁ
Juiz Federal José Eduardo de Melo Vilar Filho
Diretor do Foro

Juíza Federal Niliane de Meira Lima
Vice-Diretor do Foro

Raquel Rolim Pereira Galvão de Melo
Diretora da Secretaria Administrativa

Guilherme Otávio Tavares de Lacerda
Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
Juiz Federal Bruno Teixeira de Paiva
Diretor do Foro

Juiz Federal Emiliano Zapata de Miranda Leitão
Vice-Diretor do Foro

Cícero Caldas Neto
Diretor da Secretaria Administrativa

Rogério Xavier da Costa
Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
Juiz Federal Frederico José Pinto de Azevedo
Diretor do Foro

Juiz Federal César Arthur Cavalcanti de Carvalho
Vice-Diretor do Foro

Anna Izabel Furtado de Miranda Lunardelli
Diretora da Secretaria Administrativa

André Leonardo Leão de Lima
Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Juiz Federal Marco Bruno Miranda Clementino
Diretor do Foro

Juiz Federal Carlos Wagner Dias Ferreira
Vice-Diretor do Foro

Magnus Henrique de Medeiros
Diretor da Secretaria Administrativa

Diógenes Alves Oliveira
Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
Juiz Federal Marcos Antônio Garapa de Carvalho
Diretor do Foro

Juiz Federal Gilton Batista Brito
Vice-Diretor do Foro

Luis Carlos Soares Cavalcante
Diretor da Secretaria Administrativa

Adauton Luiz Borél
Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação

HISTÓRICO DE REVISÃO



Versão	Data	Autor	Descrição
0.1	Nov/2017	Núcleo de Planejamento, Orçamento e Projetos/STI/TRF5	Elaboração da minuta do documento
0.2	Dez/2017	Núcleo de Planejamento, Orçamento e Projetos/STI/TRF5	Revisão da minuta do documento
1.0	Abr/2018	Núcleo de Planejamento, Orçamento e Projetos/STI/TRF5	Versão Final apresentada para apreciação e aprovação pelo CGER

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	08
2. INTRODUÇÃO.....	
3. TERMOS E ABREVIATURAS.....	13
4. METODOLOGIA APLICADA.....	15
5. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA.....	9
6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO -STI.....	22
7. DIRETRIZES.....	24
8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI - PETI.....	25
9. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES E INICIATIVAS.....	30
10. RESULTADO DA EXECUÇÃO DO PDTI 2015-2017	33
11. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DO PDTI.....	33
12. FATORES CRÍTICOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PDTI.....	34

1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região apresenta o **Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI** para o período de **2018-2020**, fruto do trabalho conjunto de servidores da Subsecretaria de Tecnologia da Informação, de servidores das áreas de negócio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e de servidores dos Núcleos de Tecnologia da Informação das Seções Judiciárias.

O PDTI 2018-2020 encontra-se em consonância com as orientações do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça no sentido de ser um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão de recursos e processos de Tecnologia da Informação alinhado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal - PEJF e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF, procurando estabelecer um vínculo entre as metas estratégicas e as ações táticas de TI necessárias ao alcance dos objetivos e das metas propostas.

O processo de elaboração do PDTI 2018-2020 proporcionou oportunidades para questionamentos e reflexões tanto sobre a situação atual como as possibilidades para a construção de uma situação futura congruente com a visão de futuro da Justiça Federal. Deste modo, demonstra ser um instrumento indispensável para o planejamento e a execução de ações sistêmicas e integradas objetivando contribuir com uma prestação jurisdicional célere e de qualidade, contando com o comprometimento e esforço conjunto de todos os envolvidos.

I – Objetivo

Este PDTI tem como objetivo sistematizar o planejamento da gestão de TI para o triênio 2018-2020, contemplando as necessidades referentes às diferentes áreas da Justiça Federal da 5ª Região e as ações a serem desenvolvidas para o período.

II – Abrangência

As ações e metas apontadas neste documento foram definidas considerando as necessidades identificadas junto às áreas de negócio e às unidades administrativas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e de suas Seccionais vinculadas.

A abrangência do PDTI alcança todas as unidades do TRF5 por constituir o Plano Tático para a execução das ações de TIC na Instituição. O Plano engloba toda e qualquer política, diretriz, estratégia ou iniciativa que diga respeito à Tecnologia da Informação e Comunicação do TRF5.

III – Período de Validade

O período de validade deste Plano Diretor de Tecnologia da Informação compreende o período de 2018 a 2020, podendo ser revisto a qualquer tempo, quando se fizer necessário.

2. INTRODUÇÃO

O Governo Federal e os órgãos de controle da Administração Pública Federal tem demonstrado a crescente importância estratégica da TI e cobrado de forma incisiva o planejamento de suas ações no sentido de que se criem condições para uma gestão eficiente dos recursos de TI.



Os estudos e publicações sobre melhores práticas de gestão de Tecnologia da Informação – TI recomendam que qualquer organização, seja ela pública ou privada, crie condições para uma gestão eficiente dos recursos de TI. Para isso, é necessário que se elabore o planejamento das ações que a unidade de TI terá que executar alinhado aos objetivos estratégicos e metas da instituição.

O Decreto-lei 200 de 1967 estabelece o planejamento como um princípio fundamental da Administração Pública Federal:

Art. 6º. *As atividades da Administração Pública Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:*

- I – Planejamento
- II – Coordenação
- III – Descentralização
- IV – Delegação de Competência
- V – Controle

O Governo Federal e os órgãos de controle da Administração Pública Federal têm demonstrado a crescente importância estratégica da TI e cobrado de forma incisiva o planejamento de suas ações no sentido de que se criem condições para uma gestão eficiente dos recursos de TI.

Nesse sentido, o acórdão nº 1.603/2008 orienta, especificamente, sobre o planejamento de TI e o seu alinhamento ao planejamento estratégico institucional:

(...)“20. O alinhamento de todos os planos, recursos e unidades organizacionais é um fator fundamental para que a estratégia delineada no planejamento possa ser implementada. Assim, o planejamento estratégico de TI tem que estar alinhado com os planos de negócio da organização para o estabelecimento das prioridades e das ações a serem realizadas na área de TI.”

“24. Deve-se destacar, mais uma vez, a importância do planejamento estratégico institucional para a governança de TI. Para que o planejamento estratégico de TI seja efetivo e proporcione os resultados esperados, ele deve estar alinhado ao planejamento estratégico institucional. A falta deste impede o alinhamento desejado e ainda dificulta o estabelecimento de diretrizes para a área de TI.”

“26. O planejamento estratégico de TI deve indicar os projetos e serviços de TI que receberão recursos, os custos, as fontes de recursos e as metas a serem alcançadas. Deve ser uma atividade regular e os documentos resultantes devem ser aprovados pela alta administração.”

“31. O planejamento estratégico de TI é essencial para que as organizações possam identificar e alocar corretamente os recursos da área de TI de acordo com as prioridades institucionais e com os resultados esperados. O percentual de 59% de órgãos/entidades pesquisados sem planejamento estratégico de TI é preocupante porque a ausência de planejamento estratégico leva ao enfraquecimento das ações e da própria área de TI devido à descontinuidade dos projetos e conseqüente insatisfação dos usuários e resultados abaixo do esperado. Isso pode comprometer toda a área de TI e influenciar negativamente o desempenho do órgão/entidade na sua missão institucional já que a TI representa importante ferramenta para o desenvolvimento das ações previstas.”(...)

Dessa forma, resta demonstrado que as necessidades de contratações e soluções de TI devem, obrigatoriamente, ser devidamente planejadas e estar alinhadas aos objetivos estratégicos e às necessidades corporativas da Instituição e da Justiça Federal.

Ademais, a Resolução CNJ 211/2015, determina:

Art. 6º Cada órgão deverá elaborar e manter o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), em harmonia com as diretrizes estratégicas institucionais e nacionais, conforme disposto na Resolução CNJ 198, de 16 de junho de 2014, e suas alterações.

Parágrafo único. Como desdobramento do PETIC, deverá ser elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação com as ações a serem desenvolvidas para que as estratégias institucionais e nacionais do Poder Judiciário sejam alcançadas.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação, portanto, deve funcionar como um importante instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e ter como objetivo identificar as ações necessárias ao alcance das metas nacionais e dos objetivos institucionais estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF e no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI. O ciclo do PDTI contempla o planejamento das iniciativas para os próximos três anos, subsidiando o processo anual de elaboração da proposta orçamentária. Deverá ser revisto e atualizado sempre que necessário, ajustando-se de acordo com as alterações efetuadas no Planejamento Estratégico da Justiça Federal e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação.

Os responsáveis pelo planejamento e elaboração da proposta de atualização e revisão do PDTI são as áreas de gestão da estratégia e de tecnologia da informação, além das áreas de negócios de cada órgão.

3. TERMOS E ABREVIATURAS

- CJF – Conselho da Justiça Federal
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology* (CobiT® 5)
- DDS – Divisão de Desenvolvimento de Sistemas
- DITI – Divisão de Infraestrutura de Tecnologia da Informação
- ENTIC-JUD – Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
- IGovTI – Índice de governança de TI
- ITIL – *Information Technology Infrastructure Library*
- NPOP – Núcleo de Planejamento, Orçamento e Projetos
- MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade
- PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
- PEJF – Plano Estratégico da Justiça Federal
- PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
- PNITI-JF – Política de Nivelamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Federal
- SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática



- STI – Subsecretaria de Tecnologia da Informação
- TCU – Tribunal de Contas da União
- TI – Tecnologia da Informação
- TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
- TRF5 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região

4. METODOLOGIA APLICADA

A metodologia adotada para a elaboração do PDTI 2018-2020/TRF5 orientou-se no Guia de Elaboração do PDTI do SISP, versão 2.0 de 2016, no Modelo de Referência do PDTIC do SISP, e nas orientações do COBIT 5, que servem como padrão de melhores práticas internacionais para a governança e gestão de serviços de TI.

Dessa forma, o processo de construção do documento consistiu nas etapas de Preparação, de Diagnóstico e de Planejamento, conforme o diagrama a seguir:

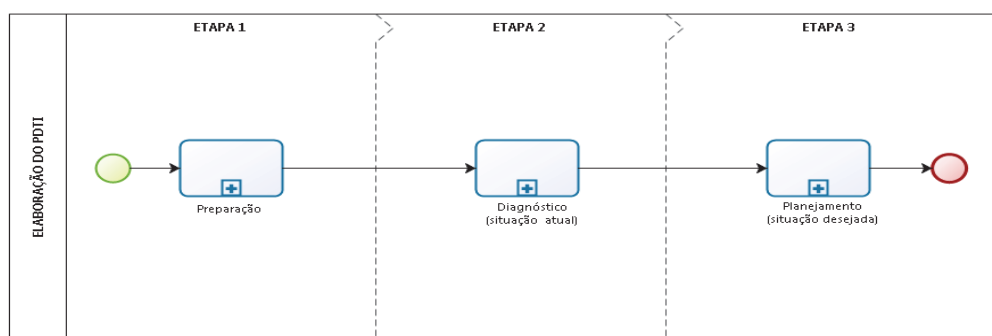


Figura 1: Processo de Elaboração do PDTI

Na etapa de Preparação foram considerados os seguintes subprocessos:

- 1.1 Definir abrangência e período do PDTI
- 1.2 Definir a Equipe de Elaboração do PDTI
- 1.3 Descrever a metodologia de elaboração
- 1.4 Consolidar documentos de referência
- 1.5 Identificar estratégias da Justiça Federal e do Tribunal
- 1.6 Identificar princípios e diretrizes

Em seguida, foi realizada a etapa de Diagnóstico, onde se busca identificar a situação atual da TI na organização e realizar o levantamento das necessidades junto às áreas da organização através de reuniões com os principais responsáveis pelos processos de trabalho. Durante essa fase ocorreu uma reunião presencial com a participação dos diretores de TI das Seções Judiciárias vinculadas, com o objetivo de levantar e consolidar as necessidades específicas de cada seccional, assim como identificar as contratações de TI de âmbito regional.

Foram executadas as seguintes atividades referentes ao subprocesso de Diagnóstico:

- 2.1 Analisar resultados do PDTI anterior;
- 2.2 Analisar o referencial estratégico de TI;
- 2.3 Analisar a organização da TI;
- 2.4 Planejar o levantamento das necessidades;
- 2.5 Identificar as necessidades de Informação;
- 2.6 Identificar necessidades de Serviços;
- 2.7 Identificar necessidades de Infraestrutura;
- 2.8 Identificar necessidades de Contratação;
- 2.9 Identificar necessidades de Pessoal;
- 2.10 Consolidar o Inventário de Necessidades;
- 2.11 Alinhar as necessidades de TI às estratégias da organização;
- 2.12 Aprovar o Inventário de Necessidades.

O Subprocesso de Planejamento, etapa final da elaboração do PDTI, é quando se executa o planejamento do atendimento das necessidades da Instituição e onde são priorizadas as iniciativas necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos definidos no Plano Estratégico de TI, abrangendo aspectos de pessoal, de equipamentos e orçamentários. É nesta etapa que se traça a estratégia para que as contratações que ocorrerão durante o período de vigência deste PDTI sejam efetivas e alinhadas ao PETI, e onde se identificam os recursos necessários à sua consecução. Finalmente, é elaborada a minuta do PDTI e submetida ao Comitê de Governança de TIC da 5ª Região, para que seja aprovada e publicada.

As atividades que compõem o subprocesso de Diagnóstico são:

- 3.1 Atualizar critérios de priorização;



- 3.2 Priorizar as necessidades inventariadas;
- 3.3 Definir metas e ações;
- 3.4 Planejar ações de pessoal;
- 3.5 Planejar orçamento das ações do PDTI;
- 3.6 Identificar os fatores críticos de sucesso;
- 3.7 Consolidar a Minuta do PDTI;
- 3.8 Aprovar a Minuta do PDTI;
- 3.9 Publicar o PDTI.

5. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

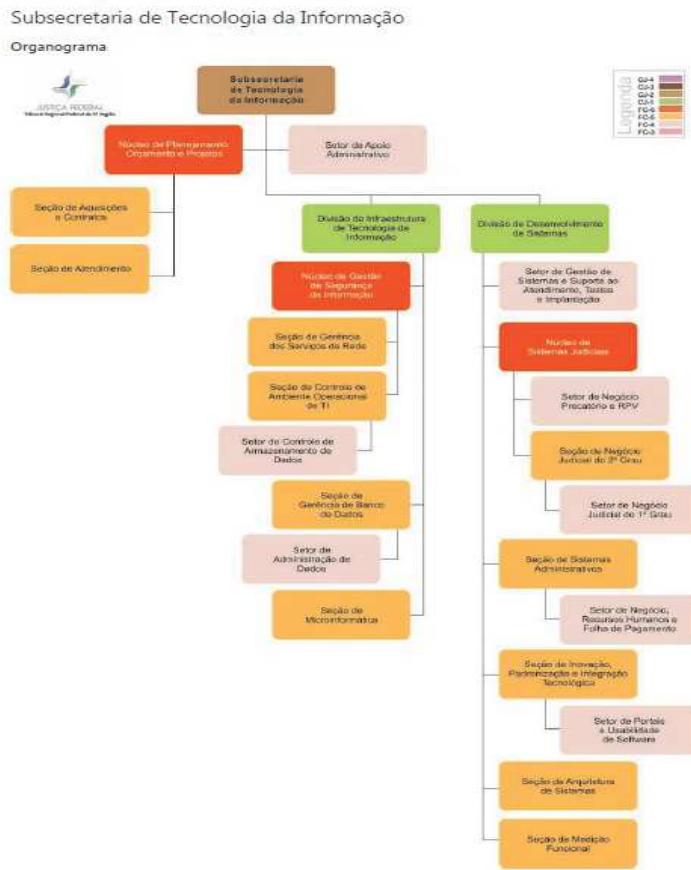
Os seguintes documentos foram utilizados como referência e fundamentação legal na construção do PDTI.

1. Decreto-lei nº 200, de 25/2/1967
 - Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.
2. Acórdão 1.603/2008 – PLENÁRIO TCU
 - Levantamento de Auditoria efetuado pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti, junto a diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, com vistas a obter informações acerca da situação da gestão e do uso de Tecnologia da Informação - TI.
3. Resolução nº 88 de 11/12/2009
 - Dispõe sobre a organização do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal.
4. Resolução nº 182 de 17/10/2013
 - Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
5. Instrução Normativa – IN nº 4, de 11/09/2014 – SLTI/MP e suas alterações (IN nº 2, de 12 de janeiro de 2015)
 - Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal
6. Resolução do CNJ nº 198, de 1/7/2014
 - Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
7. Resolução do CJF nº 313, de 22/10/2014
 - Dispõe sobre a Gestão da Estratégia da Justiça Federal e dá outras providências.
8. Resolução do CJF nº 355 de 12/08/2015
 - Dispõe sobre a Política de Nivelamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Federal.
9. Resolução do CNJ nº 211 de 15/12/2015
 - Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
10. Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2015-2020
 - Plano que descreve a estratégia e define a trajetória que a JF realizará na busca por serviços judiciais de melhor qualidade. É a síntese das políticas públicas judiciárias que se intenciona implementar no período de 2015 a 2020, no formato de objetivos, indicadores, metas e iniciativas.
11. Planejamento Estratégico de TI da Justiça Federal 2015-2020
 - Plano que descreve a estratégia e define a trajetória, na área de TI, que a JF realizará por serviços judiciais de melhor qualidade. É a síntese das políticas públicas judiciárias, relacionadas à TI, que se intenciona implementar no período de 2015 a 2020, no formato de objetivos, indicadores e metas.
12. *Control Objectives for Information and Related Technology* (CobiT® 5)
 - Modelo de referência para governança e gestão de TI.
13. *Information Technology Infrastructure Library - ITIL*
 - Conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de TI.
14. Guia de Elaboração do PDTIC do SISP versão 2.0 de 01/09/2016
 - Modelo de documento para elaboração de PDTIC, elaborado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI

A Subsecretaria de Tecnologia da Informação conta atualmente com 29 servidores do quadro permanente do TRF5 e servidores requisitados de outros Órgãos, assim distribuídos:

- Direção e Apoio Administrativo – 2 servidores
- Núcleo de Planejamento, Orçamento e Processos – 6 servidores
- Divisão de Infraestrutura de Tecnologia da Informação – 7 servidores
- Divisão de Desenvolvimento de Sistemas – 13 servidores



7. DIRETRIZES

A definição das iniciativas constantes do PDTI deve considerar as seguintes diretrizes:

1. Promover a governança de TIC no Órgão;
2. Buscar excelência, inovação e criatividade na gestão de TIC;
3. Prover soluções tecnológicas que auxiliem o TRF5 a promover a inclusão social e a sustentabilidade ambiental;
4. Garantir acesso à informação pelos usuários e cidadãos;
5. Promover o alinhamento constante entre as ações e iniciativas de TIC aos objetivos estratégicos e às necessidades do negócio do TRF5;
6. Fortalecer institucionalmente a área de TIC do TRF5;
7. Buscar a excelência no atendimento aos usuários internos e externos;
8. Priorizar o uso de softwares públicos, preferencialmente de código aberto, garantindo compatibilidade, conectividade e interoperabilidade com os softwares existentes;
9. Desenvolver ou adquirir softwares respeitando a metodologia de desenvolvimento de software, gestão de projetos e de governança do TRF5;
10. Desenvolver ou adquirir softwares com plena compatibilidade com a política de segurança de informação da Justiça Federal, garantido, no mínimo, a disponibilidade, a integridade, a confiabilidade, a autenticidade e o sigilo das informações;
11. Garantir a priorização do desenvolvimento das soluções de Tecnologia da Informação previstas no PEJF e no PETI;
12. Realizar as contratações de infraestrutura de TI em absoluta conformidade com a Política de Nivelamento de Infraestrutura da Justiça Federal;
13. Adotar, sempre que possível, contratações conjuntas com a participação dos órgãos da Justiça Federal.

8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI - PETI

Missão

A missão é a razão da existência da organização e define seu propósito institucional. A missão de tecnologia da informação da Justiça Federal é:

Garantir soluções tecnológicas efetivas para o cumprimento da função institucional da Justiça Federal.



Visão

A visão de futuro é a projeção de um cenário idealizado, possível e desejável da organização, de maneira clara, atraente e viável. Define o modo como a organização pretende ser percebida. A Justiça Federal definiu sua visão de tecnologia da informação para 2020:

Consolidar-se como área estratégica da Justiça Federal e ser reconhecida pela excelência e inovação de suas soluções.

Atributos de valor de Tecnologia da Informação para a Justiça Federal

Segurança da informação digital

Qualidade

Inovação

Economicidade

Ética

Transparência

Macrodesafio do Poder Judiciário

Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio de incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Objetivo e Indicadores Estratégicos do PETI da Justiça Federal

1. Assegurar efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.

Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação visando à melhoria da satisfação dos clientes internos e externos da Justiça Federal em relação aos serviços de tecnologia da informação.

Indicadores:

Indicadores	Metas
Índice de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões equipamentos, atendimento, disponibilidade, serviços e sistemas	1 - Atingir, até 2019, 80% de satisfação dos clientes internos de TI.
Taxa de satisfação dos clientes externos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões atendimento e sistemas	2 - Atingir, até 2020, 80% de satisfação dos clientes externos de TI.

2. Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal.

Aperfeiçoar e consolidar conjuntos de estruturas organizacionais e de processos que envolvem a alta direção, as gerências de TI e as gerências de negócio nas tomadas de decisão sobre o uso de TI, para garantir o alinhamento entre as estratégias da Justiça Federal e as operações das áreas de TI e de negócio.

Indicadores:

Indicadores	Metas
Índice de governança de TI – iGovTI nas dimensões liderança, estratégia e planos, informações, pessoas e processos	3 - Atingir, em 2016, o índice mínimo de 0,5 do iGovTI, em 2018, o índice mínimo de 0,55 e, em 2020, o índice mínimo de 0,6
Índice de execução do Plano Anual de Capacitação de TIC	4 - Executar anualmente, no mínimo, 70% do Plano Anual de Capacitação de TIC.
Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC	5 - Empenhar anualmente, no mínimo, 80% do Plano Orçamentário de TIC.
Índice de execução do Plano de Contratações de TIC	6 - Empenhar anualmente, no mínimo, 80% do Plano de Contratações de TIC.
Índice de processo formal de desenvolvimento e sustentação de softwares	7 - Implantar, até 2018, metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software.
Índice de metodologia formal de Gestão de Riscos de TI	8 - Implantar, até 2018, processo formal de Gestão de Riscos de TI.

3. Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal.

Assegurar que o sistema de TI da Justiça Federal atue de forma integrada e colaborativa por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.

Indicadores:

Indicadores	Metas
Índice de sistemas de informação instituídos formalmente pelo CJF e implantados pelos órgãos da Justiça Federal	9 - Atingir, em 2016, seis sistemas, em 2018, sete e, em 2020, oito.
Índice de contratações conjuntas de soluções de TI com a participação dos órgãos da Justiça Federal	10 - Realizar, em 2015, uma contratação conjunta, em 2016, duas, em 2017, três, em 2018, quatro, em 2019, cinco e, em



Índice de nivelamento de infraestrutura de TI, conforme Política de Nivelamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PNITI-JF	2020, seis. 11 - Prover, até 2018, um Centro de Dados principal para o tribunal e, até 2019, mais um Centro de Dados secundário para contingência que atendam aos requisitos mínimos de segurança e disponibilidade constantes da PNITI-JF.
	12 - Atender totalmente, até 2020, os critérios de nivelamento mínimo de infraestrutura de TI, conforme cronograma proposto.
Índice de sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)	13 - Atingir, até 2018, 80% dos sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)

9. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES E INICIATIVAS

O inventário de necessidades de TI foi elaborado a partir do quadro de necessidades referentes ao triênio 2015-2017, e a partir do levantamento das necessidades identificadas durante as diversas reuniões realizadas com as áreas de negócio do TRF5 e das Seções Judiciárias vinculadas.

A partir deste quadro inicial de necessidades foram feitos agrupamentos de forma a gerar o ANEXO I - Inventário de Necessidades do TRF5 para o triênio 2018/2020.

O quadro resume a demanda dos usuários de TI do TRF5, identificando as necessidades levantadas, a área demandante, a área da STI responsável pela execução ou acompanhamento do projeto, o macroprocesso a que a necessidade está relacionada, a lista de priorização das necessidades e o identificador das iniciativas referentes àquela necessidade.

Os critérios de priorização das necessidades, empregados pelas áreas que responderam os questionários, basearam-se na técnica de seleção de projetos denominada GUT (Gravidade, Urgência, Tendência). Essa técnica analisa a gravidade ou impacto que as necessidades produzem quando são atendidas ou não, além de considerar a urgência no atendimento e a tendência de agravamento do problema ou de perda da oportunidade enquanto a necessidade não for atendida. Com vistas a alcançar o resultado final, cada necessidade deverá receber uma pontuação (de 1 a 5) em cada uma das características (Gravidade, Urgência e Tendência), de acordo com a tabela abaixo:

PONTUAÇÃO	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA
5	Extremamente grave	É necessária uma ação imediata	Se nada for feito, a situação irá piorar rapidamente
4	Muito grave	É urgente	A situação irá piorar em pouco tempo
3	Graves	O mais cedo possível	A situação irá piorar a médio prazo
2	Pouco grave	Não é urgente	A situação irá piorar a longo prazo
1	Sem gravidade	Pode esperar	A situação irá mudar

Com base no Inventário de Necessidades do TRF5 foi elaborado o ANEXO II – Plano de Iniciativas, com o objetivo de se definir as iniciativas estratégicas necessárias ao cumprimento das necessidades elencadas e para o alcance dos objetivos propostos no Plano Estratégico de TI.

A partir do Plano de Iniciativas será elaborado o Plano de Ação, detalhando o período de execução e custos estimados.

Para consolidação das iniciativas prioritárias do órgão poderão ser considerados os seguintes aspectos: determinação legal/regulamentar; alinhamento estratégico; prazo de execução; situação da implementação; custo; investimento já realizado; complexidade da execução; recurso de pessoal disponível e capacitado.

10. RESULTADOS DA EXECUÇÃO DO PDTI 2015-2017

Os resultados alcançados a partir da realização dos projetos e ações previstos no PDTI 2015-2017 encontram-se listados no ANEXO III – Projetos Executados no Período de 2015 a 2017, que apresenta o percentual de execução dos projetos priorizados durante o a vigência do último PDTI. A tabela não contempla os projetos que foram cancelados ou despriorizados pelas áreas de negócio, ou que não foram iniciados por falta de recurso orçamentário ou de pessoal. Após análise pela equipe técnica e pela equipe de negócio identificaram-se alguns projetos que foram priorizados e que serão executados no período de 2018-2020.

11. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DO PDTI

Por contemplar as ações do órgão, a definição de uma sistemática de acompanhamento do PDTI se faz necessária para mantê-lo instrumento de planejamento e de apoio na tomada de decisões que envolvem mudanças por oportunidades, riscos ou outras questões associadas, visando sempre o atingimento das metas e



objetivos propostos do PEJF e do PETI.

Para tanto foram estabelecidos os seguintes pontos de controle:

PLANO DE MONITORAMENTO

Assunto	Periodicidade da verificação	Responsável
Avaliação e acompanhamento da execução do PDTI	Semestral	Comitê de Governança de TIC e Comitê Gestor de TIC
Revisão do PDTI	Anual	Comitê Gestor de TIC e Grupo de Trabalho
Aprovação do PDTI	Anual	Comitê de Gestão Estratégica Regional
Apresentação dos resultados consolidados do PDTI.	Anual	Grupo de Trabalho
Acompanhamento do Plano de Ação Anual	Anual	Comitê Gestor de TIC e Grupo de Trabalho

12. FATORES CRÍTICOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PDTI

Os fatores críticos de sucesso se referem às condições essenciais que devem, necessariamente, ser satisfeitas para que o PDTI alcance a efetividade esperada e se torne um importante instrumento para o aperfeiçoamento da governança do órgão. Foram identificados os principais fatores críticos:

- ✓ Apoio da alta administração do TRF5;
- ✓ Disponibilidade orçamentária e de recursos humanos;
- ✓ Participação ativa dos comitês gestores;
- ✓ Envolvimento e comprometimento das áreas de negócio no acompanhamento de suas ações previstas no PDTI;
- ✓ Análise e supervisão das ações associadas ao PDTI pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRF5;
- ✓ Realização de revisões periódicas do PDTI para contemplar mudanças na estrutura organizacional ou alterações nas diretrizes estratégicas;
- ✓ Cumprimento às prioridades aprovadas pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRF5;
- ✓ Divulgação ampla do PDTI com a apresentação dos resultados obtidos, evidenciando os avanços e os pontos a melhorar, bem como as correções de rumo necessárias à execução do PDTI.

Anexo 1 – Inventário de Necessidades Priorizadas e Consolidadas do Órgão

ID	Necessidades Identificadas	Demandante	Priorização				ID - Iniciativas
			Gravidade	Urgência	Tendência	Prioridade	
1	Portal de Transparência	SA / SOF / PRESIDÊNCIA	5	5	5	125	I.32 I.43
2	Disponibilização de Painéis estatísticos	SJ	5	5	5	125	I.16
3	Implantação do PJe nos Juizados Especiais Federais	SA / SP	5	5	5	125	I.37
4	Centralização do legado do TEBAS	SJ	5	5	5	125	I.29
5	Implantação do SEI Julgar	SA	5	5	5	125	I.56
6	Implantação do sistema Gestor do E-social	SA / SP	5	5	5	125	I.25
7	Nova solução de Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	SA/SRH	5	5	5	125	I.45
8	Gestão Orçamentária	SA/SOF	5	5	5	125	I.31 I.43
9	Novo Portal Internet	COMUNICAÇÃO	5	5	5	125	I.44



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

10	Solução Cognitiva para apoio a Magistrados	SJ	5	5	5	125	1.46
11	Consulta Processual MOBILE	SJ/TRF5 e SJ'S	5	5	5	125	1.38
12	Solução de busca textual	STI/NTI	5	5	5	125	1.47
13	Monitoramento Ponto a Ponto	DITI e NTI's	5	5	5	125	1.76
14	Projeto Nuvem	DITI e NTI's	5	5	5	125	1.77
15	Gestão do datacenter do TRF5	DITI	5	5	5	125	1.69
16	Implantação de processos de serviços e governança de TI	NPOP	5	5	5	125	1.04 1.08
17	Implantação de Política de Estruturação da TI	STI	5	5	5	125	1.05
18	Reestruturação do ambiente de trabalho da STI	STI	5	5	5	125	1.06
19	Soluções de TI para Memorial do TRF5	PRESIDÊNCIA	5	5	5	125	1.78
20	Convênio com Instituições de Ensino/Pesquisa	STI	5	5	5	125	1.07
21	Certidão Penal e Certidão de Distribuição	SJ/TRF5	5	5	5	125	1.35
22	Abrigo Seguro de Alta Disponibilidade	DITI e NTI's	5	5	5	125	1.68
23	Sustentação de Infraestrutura e Suporte Técnico de TI	DITI e NTI's	5	5	5	125	1.62
24	Solução para melhoria de performance do Pje	DITI e NTI's	5	5	5	125	1.76
25	Implantação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões	STI	5	5	5	125	1.49
27	Metodologia de gestão de projetos	STI/TRF5	5	5	5	125	1.09
28	Metodologia de desenvolvimento de sistemas	DDS	5	5	5	125	1.10
91	Melhoria de qualidade do serviço de rede sem fio	STI/TRF5	5	5	5	125	1.70
100	Mídias Eletrônicas	PRESIDÊNCIA	5	5	5	125	1.79
26	Prevenção e detecção de intrusão	DITI e NTI's	5	4	5	100	1.13 1.80
48	PJe Mobile	SJ	5	5	4	100	1.39
61	Controle de visita a Gabinetes	GABINETES	4	5	5	100	1.54
29	Expansão do Datacenter (servidores e lâminas)	DITI e NTI's	5	4	4	80	1.60 1.63
34	Expansão do PJe 2.x na 5ª Região	SJ/TRF5	5	4	4	80	1.41
36	Monitoramento de Segurança	DITI e NTI's	5	4	4	80	1.14



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

31	Ajustes e evoluções do CRETA	SJ/TRF5	4	4	5	80	I.28 I.55
32	Ajustes e evoluções do TEBAS	SJ/TRF5	4	4	5	80	I.30 I.55
33	Ajustes e evoluções do ESPARTA	SJ/TRF5	4	4	5	80	I.30 I.55
35	Consulta Pública a Processos Judiciais	SJ/TRF5	4	4	5	80	I.34
37	Otimização de Velocidade de Links	DITI e NTI's	4	4	5	80	I.67
38	Portal de Governança de TI	NPOP	4	4	5	80	I.03
39	Elaboração de documentos complementares à Política de Segurança existente	NPOP	4	4	4	64	I.11
40	PJe - painéis gerenciais	SJ	4	4	4	64	I.17
41	Sistema de Segurança de Rede (firewall e IPS)	DITI e NTI's	4	4	4	64	I.13
42	Certificados digitais	DITI e NTI's	4	4	4	64	I.13
44	Execução Penal Eletrônica	SJ/TRF5	4	4	4	64	I.36
45	Interligação entre Datacenters	DITI e NTI's	4	4	4	64	I.13 I.68
46	Ampliação da Estrutura de Armazenamento (Storage)	DITI e NTI's	4	4	4	64	I.73
47	Sustentação dos sistemas judiciais eletrônicos	DDS	4	4	4	64	I.42
87	Otimização dos Processos de Impressão e Digitalização	DITI e NTI's	4	4	4	64	I.58
97	Sistema de Gestão de Identidade	CORREGEDORIA CJF	4	4	4	64	I.15
57	Remoção de Magistrados	SA/NAMAG	4	5	3	60	I.33 I.43
58	Gestão de frota	SA / SAE	4	5	3	60	I.50
43	Desativação do Mumps	STI/TRF5	4	3	4	48	I.21
49	PJe Notifica	SJ	4	4	3	48	I.40
50	Migração de Precatórios	SJ/TRF5	4	4	3	48	I.20
52	Conscientização dos usuários de TI sobre a importância da segurança da informação.	DITI e NTI's	4	3	4	48	I.12
76	PJe - armazenamento de grandes mídias	SJ	4	3	4	48	I.57
59	Materiais de Consumo	DITI e NTI's	3	4	4	48	I.63 I.66
60	Patrimônio e Almoxarifado	SA/DMP	3	4	4	48	I.18 I.43
30	Filtro WEB	DITI e NTI's	5	3	3	45	I.13



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

95	Novo sistema de Correio Eletrônico	DITI e NTI's	2	5	4	40	1.64
53	Consultoria imparcial em soluções de TI	STI	4	3	3	36	1.02
51	Certidões unificadas (regionais)	SJ	3	4	3	36	1.53
62	Ajustes e evoluções do Sistema de Acompanhamento de Recursos Humanos -SARH	SA/SRH	3	3	4	36	1.43 1.55
63	Microsoft Access	DITI e NTI's	3	4	3	36	1.80
64	Ajustes e evoluções do Sistema de Folha de Pagamento	SA/DFP	3	3	4	36	1.43 1.55
65	Módulo de relatórios parametrizados - Folha de Pagamento	SA/DFP	3	4	3	36	1.43 1.55
66	Ajustes e evoluções dos Sistemas de Processo Administrativo	SA/NRH	3	4	3	36	1.43 1.55
67	Disponibilização de Audiências na Web	DITI e NTI's	3	4	3	36	1.65
68	Central de Serviços Unificada	NPOP e NTI's	3	3	4	36	1.59
77	Implantação do AS	DITI e NTI's	3	3	4	36	1.72
96	Solução de Gravação do Pleno e Turmas e Audiências	DITI e NTI's	2	4	4	32	1.65
69	Módulo de relatórios do e-social - Folha de Pagamento	SA/DFP	3	3	3	27	1.24 1.43
70	Atualização do sistema de videoconferência da JF da 5ª Região	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.61 1.63
71	Leitor de código de barras	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.63
72	Alta disponibilidade de links	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.67
73	Atualização do Parque Tecnológico	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.63
74	Proteção contra falhas de rack seguro	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.13 1.63
75	Prover Conectividade Local - ativos	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.63 1.66
78	Controle de Acesso à rede lógica	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.13 1.80
79	Renovação de suporte e licenciamento do sistema VPN	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.13 1.80
80	Renovação do licenciamento do sistema AntiVirus e AntiSpam	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.13 1.80
81	Vigilância Eletrônica Integrada	NTI's	3	3	3	27	1.48 1.80
82	Renovação de suporte e licenciamento de Solução Telefonia IP	NTI's	3	3	3	27	1.62 1.71
83	Renovação/contratação de suporte, licenciamento e ativos de Solução Wireless	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.70 1.80
84	Controle de Acesso	SECADM / Segurança	3	3	3	27	1.48

13



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

85	Contingenciamento de Data Center	NTI's	3	3	3	27	1.68
86	Cabeamento estruturado	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.66
88	Capacitar servidores da 5ª Região em disciplinas de infraestrutura, desenvolvimento e governança	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.01
89	Aquisição e renovação de licenças e subscrições de softwares corporativos	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.80
112	Virtualização de desktops e servidores	DITI e NTI's	3	3	3	27	1.75
54	Digitalização de Pastas Funcionais	SA/NGP	4	2	3	24	1.48
90	Armazenamento de Logs	DITI e NTI's	3	2	3	18	1.63 1.74
92	Sistema de cadastro de autoridades	COMUNICAÇÃO	3	3	2	18	1.51
93	Novo sistema de treinamento para a ESMAFE	ESMAFE	3	3	2	18	1.26
94	Implantação de sistemas de apoio ao NAS	NAS	3	3	2	18	1.52
98	Registro e acompanhamento de cursos e eventos do TRF5	SA/NDRH	2	3	3	18	1.26 1.43
99	Expansão de drivers e/ou aquisição de mídias do sistema de backup	DITI e NTI's	2	3	3	18	1.74
101	Modernização da solução de comunicação por voz	DITI e NTI's	2	3	3	18	1.71
102	Ajustes e evoluções do Sistema de Ponto Biométrico	SA/SRH	2	3	3	18	1.43 1.55
103	Atualização de dados de frequência	SA/SRH	2	3	3	18	1.43 1.55
104	Implantação, renovação e atualização de solução de backup corporativo	DITI e NTI's	2	3	3	18	1.74
105	Ajustes e evoluções do Sistema de Treinamento - AKÁDEMUS	SA/DMP	2	3	2	12	1.23
106	Acesso às informações cadastrais dos servidores	SA/SRH	2	3	2	12	1.43 1.48
107	Sustentação do Sistema de Ponto Biométrico	SA/SRH	2	2	2	8	1.43 1.55
108	Ajustes e evoluções do sistema e-Compras	SA/DMP	2	2	2	8	1.27 1.43 1.55
109	Sustentação do Sistema Atenas	DDS	2	2	2	8	1.55
110	Consultório Médico	Setor Médico TRF5 e SJ's	2	2	2	8	1.43
111	Consultório Odontológico	Setor Médico TRF5 e SJ's	2	2	2	8	1.19 1.43
113	Ajustes e evoluções do Sistema de Plantão Judiciário	NJ/SJ'S	2	2	2	8	1.43 1.55
114	Precatórios e RPV	SJ/TRF5	1	2	3	6	1.22



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

115	Leilão Eletrônico	SJ/TRF5	1	2	3	6	1.43 I.55
116	Ajustes e evoluções do Sistema de Gerenciamento de Contratos	SA/SLC	1	2	2	4	1.43 I.55

Anexo 2 – Plano de Iniciativas

MACROPROCESSO I: GOVERNANÇA E GESTÃO

ID	Iniciativas	Descrição	Indicador	Meta 2018	Meta 2019	Meta 2020	Nivelamento de Infraestrutura	ID - Necessidades
I.01	Capacitar servidores da área de TI	Capacitar servidores da 5ª Região em disciplinas de infraestrutura, desenvolvimento e governança	Capacitação realizada	80	80	100	n	88
I.02	Consultoria imparcial em soluções de TI	Contratação/Reinovação de serviços de consultoria imparcial em soluções de TI	Serviço contratado	30	60	100	n	53
I.03	Portal de Governança	Implementação do Portal de Governança de TI da 5ª Região	Portal Ativo	80	100	0	n	38
I.04	Implantação de processos de governança de TI	Avaliar, remodelar ou implantar e monitorar os processos de governança de TI da 5ª Região.	Processo de trabalho implantado e monitorado	50	80	100	n	16
I.05	Política de Estruturação da TI	Implantação de Política de Estruturação da TI	Política implantada	30	50	100	n	17
I.06	Reestruturação do ambiente de trabalho da STI	Implementar adequação do ambiente de trabalho no tocante a estrutura, atribuições, funções e carreira	Adequações implementadas	70	100	100	n	18
I.07	Residência de TI	Firmar convênio com instituições de ensino e pesquisa para atuação em residência de TI	Convênio formalizado	100	100	100	n	20
I.08	Gestão de Riscos	Implantar a Gestão de Risco de TI no TRF5	Processo de trabalho implantado	10	20	100	n	16
I.09	Formalizar metodologia de gestão de projetos adotada na TI do TRF5	Formalizar metodologia de gestão de projetos adotada na TI do TRF5	metodologia formalizada	100	100	100	n	27



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

I.10	Formalizar metodologia de desenvolvimento de sistemas adotada no TRF5	Formalizar metodologia de desenvolvimento de sistemas adotada no TRF5	metodologia formalizada	100	100	100	n	28
MACROPROCESSO II: SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO								
ID	Iniciativas	Descrição	Indicador	Meta 2018	Meta 2019	Meta 2020	Nivelamento de Infraestrutura	ID - Necessidades
I.11	Implantação da política de segurança da informação	Divulgação e expansão da política de segurança para a região, e disponibilização do Portal de Segurança da Informação.	Política implantada	20	60	100	n	39
I.12	Conscientizar usuários de TI da 5ª Região sobre a importância da segurança da informação	Promover seminários e workshops na 5ª Região, com o objetivo de conscientizar os servidores sobre a importância da política de segurança da informação.	Melhoria Implantada	20	60	100	n	52
I.13	Manutenção e Evolução de Soluções de Segurança da Informação	Adquirir e atualizar soluções de segurança da Informação visando à detecção e prevenção de intrusão, redução de spams, melhor gerência do proxy, serviços de ethical hacking, análise de vulnerabilidade, etc.	Solução adquirida e implantada	30	60	100	s	26 30 41 42 45 74 78 79 80
I.14	Monitoramento de Segurança	Contratação de serviço de monitoramento preventivo e resolutivo de segurança da informação	Serviço Contratado	30	100	0	s	36
I.15	Solução de Gestão de Identidade	Aquisição e implantação de solução que permita gerenciamento de acesso, dos usuários de TI, aos sistemas utilizados no TRF5	Solução adquirida e implantada	0	30	70	n	97
MACROPROCESSO III: SOFTWARE								



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

ID	Iniciativas	Descrição	Indicador	Meta 2018	Meta 2019	Meta 2020	Nivelamento de Infraestrutura	ID - Necessidades
I.16	Painéis estatísticos	Desenvolvimento e implantação dos painéis utilizando BI: Justiça em Números (Res 76); Módulo Produtividade (Res 49); Provimento II (CJF); Boletins Tipos 1, 2 e 3 (CJF); Correição; Teletrabalho; Metas 2018; Força de Trabalho; Limite Orçamentário; Gestão de Projetos; Gestão Orçamentária; Gestão na Ponta dos Dedos.	Painéis implantados	70	100	100	n	2
I.17	Painéis Gerenciais para PJe	Desenvolvimento e implantação dos painéis utilizando BI, suprimindo os relatórios para o PJe (TRF5 e CNJ)	Painéis implantados	30	60	100	n	40
I.18	Implantação do Sistema de Almoxarifado	Aquisição de nova solução integrada que atenda totalmente às exigências legais, e que seja implantado em toda a 5ª Região.	Aquisição realizada e Sistema implantado	20	80	100	n	60
I.19	Implantação de sistema de consultório odontológico	Adquirir solução de consultório odontológico para a 5ª Região.	Aquisição realizada e Sistema implantado	0	0	100	n	111
I.20	Migração de dados do Precatório	Executar rotina de extração de informações históricas relevantes de precatórios para importação (precatórios parcelados da plataforma Mumps para a plataforma Oracle).	Serviço contratado e realizado	70	100	100	n	50
I.21	Desativação do Mumps	Promover exportação de legado dos sistemas com	Exportação de dados realizada e sistemas	20	70	100		43



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

		linguagem Mumps para posterior desligamento.	desativados					
I.22	Definir novo Sistema de Precatórios/RPV	Iniciar Desenvolvimento de novo Sistema de pagamentos de precatórios e RPV	Projeto Iniciado	0	0	100	n	114
I.23	Ajustes e evoluções do Sistema Akádemus	Desenvolvimento e melhorias de diversas funcionalidades do Sistema de Administração de cursos da ESMAFE.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	50	80	100	n	105
I.24	Implantação do módulo de relatórios do e-Social	Desenvolvimento e implantação do módulo de consolidação e emissão das informações relativas a Rais, Dirf, Atuarial e Siprev.	Desenvolvimento realizado e módulo implantado	80	100	100	n	69
I.25	Implantação do sistema Gestor do E-Social	Desenvolvimento e implantação do módulo de consolidação e emissão das informações relativas a Rais, Dirf, Atuarial e Siprev etc	Sistema implantado	80	100	100	n	6
I.26	Sistema de cursos e eventos do TRF5	Desenvolvimento e implantação de sistema de cadastro dos treinamentos internos, externos e eventos disponibilizados aos servidores do TRF5.	Desenvolvimento realizado e usuário treinado	0	20	100	n	93 98
I.27	Sistema e-Compras	Desenvolver módulo financeiro gerencial e integração com o SIAFI; Desenvolvimento de módulo internet para cotação	Desenvolvimento realizado	50	70	100	n	108
I.28	Sistema Creta	Especificar e implantar melhorias e novas funcionalidades no Sistema Creta.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	30	70	100	n	31
I.29	Legado Tebas	Centralização do legado do sistema Tebas	centralização efetuada	20	100	100	n	4



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

I.30	Sustentação dos Sistemas Tebas e Esparta	Sustentar os Sistemas de registro e acompanhamento de processos físicos da 1ª e 2ª instância e Sistema de Precatório	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	30	70	100	n	32 33
I.31	Sistema Gestor Orçamentário	Finalizar desenvolvimento e Implantar sistema de gestão orçamentária.	Sistema implantado	50	100	100	n	8
I.32	Portal da Transparência	Desenvolvimento e implantação de Portal institucional para disponibilização de informações da 5ª Região, possibilitando consulta a usuários internos e externos do TRF5.	Desenvolvimento realizado e portal implantado	100	100	100	n	1
I.33	Remoção de Magistrados	Customização e implantação do sistema de remoção de servidores existente na JFCE.	Sistema implantado	0	20	100	n	57
I.34	Consulta Pública a Processos Judiciais	Desenvolver rotina para unificar a consulta aos processos físicos e eletrônicos do TRF5.	Desenvolvimento realizado	70	100	100	n	35
I.35	Revisão da emissão de certidão eleitoral	Revisão de emissão de certidões visando demandas de ano eleitoral	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	100	100	100	n	21
I.36	Execução Penal Eletrônica	Desenvolvimento de rotina para controle e gestão das execuções penais do PJe.	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	50	60	100	n	44
I.37	Expansão do PJe 2.x nos Juizados Especiais Federais	Expandir o PJe 2.x nacional para as demais varas de juizado da região.	Implantação em toda a região	50	100	100	n	3
I.38	Consulta Processual Mobile (Cidadão)	Desenvolvimento de Sistema de consulta processual para dispositivos móveis sob a perspectiva do cidadão	Aplicativo implantado	50	100	100	n	11



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

I.39	PJe Mobile	Desenvolvimento de solução para magistrados visando acesso às funcionalidades do PJe através de dispositivos móveis	Aplicativo implantado	100	0	0	n	48
I.40	PJe Notifica	Desenvolvimento de sistema para advogados visando notificação, via dispositivos móveis, de citações/intimações referentes a processos	Aplicativo implantado	20	100	0	n	49
I.41	Expansão do PJe 2.x na 5a Região	Preparação do PJe 2.x para o implantação no 1o grau e no TRF5	Serviço contratado	10	70	100	n	34
I.42	Sustentação aos Sistemas Judiciais Eletrônicos	Contratação/Renovação do serviço de sustentação aos Sistemas Judiciais	Serviço contratado	0	60	100	n	47
I.43	Sustentação aos Sistemas Administrativos	Contratação/Renovação do serviço de sustentação dos Sistemas Administrativos.	Serviço contratado	70	100	100	n	1 8 57 60 62 64 65 66 69 98 102 103 106 107 108 110 111 113 115 116
I.44	Novo Portal Internet	Desenvolver / Contratar o novo portal da Internet da 5a Região	Sistema implantado	100	100	100	n	9
I.45	Nova solução de Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento (SERH)	Prospectar e implantar novo Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento.	Sistema implantado	30	70	100	n	7
I.46	Solução Cognitiva para apoio a Magistrados	Implantação de solução cognitiva para apoio a Magistrados	Solução Implantada	50	100	100	n	10
I.47	Busca Fácil	Desenvolvimento e implantação de solução de pesquisa de acórdãos, decisões e minutas (PJe), preservando a visibilidade do usuário do Pje.	Solução adquirida e implantada	100	100	100	n	12
I.48	Controle de acesso ao Tribunal	Integração da solução de segurança a ser adquirida à solução de RH da 5ª Região	Sistema implantado	0	0	100	n	54 81 84 106



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

I.49	Banco Nacional de Monitoramento de Prisões	Implantação do BNMP (Banco Nacional de Monitoramento de Prisões) 2.0 na Região	Sistema implantado	0	0	100	n	25
I.50	Gestão de frota	Implantação de sistema de gerenciamento dos veículos de propriedade do Tribunal e Seções	Sistema implantado	50	100	100	n	58
I.51	Cadastro de autoridades	Implantação de sistema de cadastramento para Autoridades	Sistema implantado	50	100	100	n	92
I.52	Sistemas de apoio ao NAS	Implantação de sistema de informação de apoio às atividades desenvolvidas no Núcleo de Assistência à Saúde	Sistema implantado	0	0	100	n	94
I.53	Certidões unificadas	Desenvolvimento de módulos de emissão de certidões regionais (penal, eleitoral, distribuição)	Módulos implantados	0	0	100	n	51
I.54	Controle de visitas a Gabinetes	Controle das deliberações / orientações do Desembargador e sua equipe decorrentes de pedidos de advogados	Sistema implantado	100	100	100	n	61
I.55	Sustentação, ajustes e evoluções de sistemas judiciais e administrativos	Especificar e implantar melhorias e novas funcionalidades, bem como prover sustentação aos sistemas judiciais e administrativos em uso na 5ª Região	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	30	60	100	n	31 32 33 62 64 65 66 102 103 107 108 109 113 115 116
I.56	Evoluções do Sistema SEI	Implantação de módulo do SEI referente às funcionalidades de: análise e julgamento de processos administrativos; processo de concessão de diárias (PCD); importação de processos críticos do sistema Fluxus e integração ao Diário Eletrônico	Módulos implantados	30	60	100	n	5



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

I.57	Solução de Sistema para armazenamento de mídias muito grandes ou não suportadas diretamente pelo PJe	Adequação da Solução desenvolvida pela JFRN aos padrões tecnológicos adotados e integração ao PJe.	Sistema implantado	70	100	100	n	76
MACROPROCESSO IV: SERVIÇOS								
ID	Iniciativas	Descrição	Indicador	Meta 2018	Meta 2019	Meta 2020	Nivelamento de Infraestrutura	ID - Necessidades
I.58	Serviço de Outsourcing de impressão/digitalização	Contratação/renovação de serviço de outsourcing de impressão para a 5ª Região	Serviço contratado	50	50	100	s	87
I.59	Central de Serviços Unificada	Contratação de Serviços de Suporte de 1º, 2º e 3º Níveis para a 5ª Região	Serviço Contratado	0	10	100	n	68
MACROPROCESSO V: INFRAESTRUTURA								
ID	Iniciativas	Descrição	Indicador	Meta 2018	Meta 2019	Meta 2020	Nivelamento de Infraestrutura	ID - Necessidades
I.60	Expansão dos Servidores Corporativos	Atualização da solução de servidores (lâminas e rack) corporativos	Solução adquirida e implantada	50	100	0	s	29
I.61	Prover serviço de videoconferência	Adquirir solução e contratar suporte técnico para videoconferência.	Aquisição realizada e serviço implantado	30	60	100	s	70
I.62	Garantir suporte técnico especializado	Contratar/renovar suporte técnico para apoiar a equipe de infraestrutura da 5ª Região.	Serviços contratados	30	60	100	n	23 82
I.63	Manter parque tecnológico atualizado	Adquirir servidores, microcomputadores, monitores, tablets, notebooks, impressoras, scanners, switches etc e suprimentos necessários com o objetivo de garantir a renovação contínua do parque de ativos da 5ª região.	Aquisição realizada	30	60	100	s	29 59 70 71 73 74 75 90



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

1.64	Serviço de correio eletrônico	Contratação de solução de correio eletrônico para atendimento aos usuários da 5ª Região	Aquisição realizada e serviço implantado	80	100	0	n	95
1.65	Prover solução de gravação digital para áudio e vídeo	Adquirir/Atualizar solução e contratar manutenção para gravação em áudio e vídeo para as audiências	Software adquirido e serviço implantado	0	80	100	s	67 96
1.66	Reestruturação da rede corporativa	Adquirir ativos de rede e contratar serviços/sistema de gestão da rede	Aquisição realizada e serviço contratado	50	80	100	s	59 75 86
1.67	Otimização de Velocidade de Links	Contratar solução de comunicação de dados e expansão da banda de comunicação dos links	Serviço contratado	80	90	100	s	37 72
1.68	Adequação dos Data Centers (Primário e secundário)	Contratar execução de reforma e interligação de Datacenters da 5ª Região, em virtude da criticidade do Processo Judicial Eletrônico.	Serviço contratado e realizado	20	80	100	s	22 45 85
1.69	Gestão do datacenter	Contratação de serviços de gestão preventiva e monitoramento para o ambiente de datacenter do TRF5	Serviço contratado e realizado	80	20	0	s	15
1.70	Melhoria de solução wi-fi corporativa	Redesenho e ampliação da implementação da solução de wifi corporativa	Melhorias implantadas	30	60	100	s	83 91
1.71	Comunicação por voz	Aquisição de solução de comunicação por voz (VOIP).	Aquisição realizada	10	50	100	n	82 101
1.72	Implantação do AS	Aquisição de equipamentos e serviços necessários à implantação de Sistema Autônomo de internet da 5ª Região	Aquisição realizada	20	80	100	n	77
1.73	Ampliação da Estrutura de Armazenamento (Storage)	Ampliação da solução de armazenamento e aquisição/atualização da virtualização e gerência de Storages.	Aquisição realizada	70	100	0	s	46



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 100.0/2018 Recife - PE, Disponibilização: Quarta-feira, 30 Maio 2018

1.74	Solução de Backup	Ampliação e atualização da solução de backup, incluindo equipamentos, suporte, mídias e licenciamento de ferramenta de gerência de backup.	Aquisição realizada e serviço implantado	30	60	100	s	90 99 104
1.75	Virtualização de desktops e servidores	Adquirir solução de virtualização de desktops e servidores	Aquisição realizada	40	60	100	s	112
1.76	Monitorament o Ponto a Ponto	Contratação de serviço de monitoração e análise de performance dos principais serviços de TI	Aquisição realizada e serviço implantado	50	100	0	n	13 24
1.77	Nuvem privada da Região	Definição e implantação da Nuvem privada da Região para os serviços unificados regionais	Nuvem implanatda	30	50	100	n	14
1.78	Memorial TRF5	Aquisição de soluções de TI para implantação do Memorial do TRF5	Aquisição realizada	80	100	0	n	19
1.79	Mídias Eletrônicas	Aquisição de solução de TI para prover comunicação institucional através de mídias digitais	Aquisição realizada	100	0	0	n	100
1.80	Prover e manter atualização de softwares	Adquirir e atualizar licenças de softwares corporativos estruturais utilizados na 5a Região (gerenciador de banco de dados, Sistemas Operacionais, Servidor de Aplicação, ect) bem como Softwares Gráficos (Corel, Adobe, entre outros), Pacote Office, Exchange, etc. e demais soluções específicas das unidades gestoras	Aquisição realizada	40	70	90	s	26 63 78 79 80 81 83 89